

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

DIREITO DO AMBIENTE PROGRAMA 2020/ 2021 (T. DIA)

Regência:

Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva

I – AMBIENTE E DIREITO. VERDES SÃO TAMBÉM OS DIREITOS DO HOMEM

- 1- A protecção do ambiente como questão política da actualidade. Dos movimentos sociais às novas leis de protecção do ambiente
- 2- A defesa do ambiente como problema jurídico
 - 2.1- Verdes são também os Direitos do Homem. A protecção jurídica subjectiva do ambiente
 - 2.2- O Estado Pós-social como “Estado de Ambiente”. A dimensão objectiva da protecção ambiental
 - 2.3- Direito fundamental ao Ambiente e protecção objectiva da Natureza. Em busca de um antropocentrismo ecológico
- 3- As fontes do Direito do Ambiente. A multiplicidade de fontes e o problema da codificação. A Lei de Bases do Ambiente
- 4- O problema da autonomia do Direito do Ambiente como disciplina jurídica. As diferentes perspectivas de abordagem e a multidisciplinaridade do Direito do Ambiente
- 5- O “posto de observação” ius-ambiental escolhido: o Direito Administrativo do Ambiente

II – DA CONSTITUIÇÃO VERDE PARA AS RELAÇÕES JURÍDICAS MULTILATERAIS DE AMBIENTE

- 1- Os princípios constitucionais em matéria de ambiente
 - 1.1- Os princípios fundamentais da prevenção e da precaução, do desenvolvimento sustentável, do aproveitamento racional dos recursos naturais e do poluidor-pagador
 - 1.2- Sentido e alcance dos princípios jurídicos ambientais em face da Administração
- 2- O direito ao ambiente como direito fundamental
 - 2.1- A dupla natureza do direito ambiente como direito subjectivo e como estrutura objectiva da colectividade
 - 2.2- O alargamento dos direitos subjectivos públicos e as relações jurídicas de ambiente
- 3- As relações jurídicas multilaterais de Direito do Ambiente
 - 3.1- A multilateralidade das relações administrativas de ambiente.

3.2- Os sujeitos das relações administrativas ambientais

III – AMBIENTE DE PROCEDIMENTO. PROCEDIMENTO DE AMBIENTE

- 1- Procedimento e participação ambientais
- 2- Três Princípios Constitucionais Europeus em matéria de ambiente: direito à informação, direito à participação procedimental, direito de acesso à justiça
- 3- Procedimento e participação ambientais
- 4- A participação no procedimento legislativo de ambiente
- 5- A participação no procedimento administrativo para defesa do ambiente
 - 5.1- Os direitos de participação nos procedimentos administrativos ambientais de massa e nos de reduzido número de afectados
 - 5.2- Em especial, o direito de audiência
- 6- O procedimento administrativo de avaliação do impacto ambiental

IV – VERDE AGIR: FORMAS DE ACTUAÇÃO ADMINISTRATIVA EM MATÉRIA AMBIENTAL

- 1- A licença ambiental e os procedimentos complexos de licenciamento da atividade económica
- 2- A contratação pública em matéria de ambiente
 - 2.1- Contratos Públicos Verdes (“green public procurement”)
 - 2.2- Contratos públicos de promoção e de adaptação ambiental?
- 3- Os instrumentos de mercado em matéria ambiental
 - 3.1- A eco-etiqueta ou rótulo ecológico
 - 3.2- A ecogestão e as eco-auditorias
 - 3.3- O comércio europeu de licenças de emissão
- 4- Planificação ambiental
 - 4.1- Avaliação de impacto ambiental estratégico
 - 4.2- Planos ambientais
 - 4.3- Planos ambientais e planos de ordenamento do território e do urbanismo

V- RESPONDENDO PELO AMBIENTE

- 1- Problemas e especificidades da responsabilidade ambiental
- 2- O Direito Europeu da responsabilidade ambiental
- 3- A evolução do regime jurídico português de responsabilidade civil em matéria de ambiente
- 4- O regime jurídico da responsabilidade ambiental

VI – CONFLITOS ECOLÓGICOS: O CONTENCIOSO DO AMBIENTE

- 1- O Processo Verde
 - 1.1- Problemas de jurisdição. A jurisdição administrativa como “tendencialmente verde”

- 1.2- A questão da adequação dos meios processuais. Défice processual de tutela do ambiente?
- 1.3- Os meios processuais do Contencioso Administrativo e a defesa do ambiente
- 1.4 – Em especial, a questão da legitimidade: ação para defesa de direitos subjetivos, ação pública e popular

VII- DIREITO SANCIONATÓRIO DO AMBIENTE

- 1- Admissibilidade e necessidade do Direito Sancionatório do Ambiente
- 2- Alternatividade ou complementaridade da tutela penal e da tutela contra-ordenacional do ambiente?
- 3- O Direito Penal do Ambiente
- 4- O Direito Contra-ordenacional do Ambiente

INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

TIAGO ANTUNES, «Pelos Caminhos Jurídicos do Ambiente – Verdes Textos», AAFDL, Lisboa, 2014.

ALEXANDRA ARAGÃO, «Direito do Ambiente na União Europeia», Coimbra: Almedina. 2016.

-- «Princípio do Poluidor Pagador, pedra angular do Direito Comunitário do Ambiente», São Paulo: Instituto Jurídico e Instituto Direito por um Planeta Verde, 2014.

-- «O Princípio do Nível Elevado de Proteção e a renovação ecológica do Direito do Ambiente», Coimbra, Almedina, 2006.

MÁRCIA ANDREA BÜHRING, «DIREITO DO AMBIENTE: Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva» (e.book), ICJP, 2021, <https://www.icjp.pt/publicacoes/pub/1/26642/view>

GOMES CANOTILHO, «Introdução ao Direito do Ambiente», Universidade Aberta, Lisboa, 1998.

JOSÉ EDUARDO FIGUEIREDO DIAS, «A Reinvenção da Autorização Administrativa no Direito do Ambiente», Almedina, Coimbra, 2014.

-- «Direito Constitucional e Administrativo do Ambiente», 2ª ed., Almedina, Coimbra, 2007.

MARIA DA GLÓRIA GARCIA, «O Lugar do Direito na Proteção do Ambiente», Almedina, Coimbra, 2007.

CARLA AMADO GOMES, «Introdução ao Direito do Ambiente», AAFDL, 4ª edição, Lisboa, 2018.

-- «Textos Dispersos de Direito do Ambiente», vols. I e II, AAFDL, Lisboa.

CARLA AMADO GOMES / TIAGO ANTUNES (COORDEN.)

-- «O Que Há de Novo no Direito do Ambiente? (Actas da Jornadas de Direito do Ambiente – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)», A.A.F.D.L., Lisboa, 2009.

-- «A Revisão da Lei de Bases do Ambiente (Actas do Colóquio)» (“e-book”), ICJP, Lisboa, 2011, <http://www.icjp.pt/publicacoes>

RUI LANCEIRO, «O estado de emergência ambiental», in Actas do Colóquio – A Revisão da Lei de Bases do Ambiente, org. Carla Amado Gomes e Tiago Antunes, Setembro de 2011, disponível on-line no URL: <http://www.icjp.pt/content/actas-do-col-quio-revis-o-da-lei-de-bases-do-ambiente>

--«The Review of Compliance with the Aarhus Convention of the European Union», in Global Administrative Law and EU Administrative Law – Relationships, Legal Issues and Comparison, E. Chiti and B. G. Mattarella (eds.), Berlin Heidelberg, Springer-Verlag, 2011.

-- «As medidas de reparação de danos ambientais no âmbito do regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais – um estudo da componente procedimental», in Actas do colóquio “a responsabilidade civil por dano ambiental, Org. Prof. Carla Amado Gomes e Dr. Tiago Antunes, 2010, disponível on-line no URL: <http://www.icjp.pt/content/actas-do-col-quio-responsabilidade-civil-por-dano-ambiental>

VIRIATO SOROMENHO MARQUES (coordenação), «Estado e Cidadania – O que impede Boas Políticas?», Esfera do Caos, 2007, páginas 25 e seguintes.

VASCO PEREIRA DA SILVA, «5 Breves Notas sobre o Direito do Ambiente em Estado de Emergência», in «Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa- Lisbon Law Review» (Número Temático: COVID-19 e o Direito), ano LXI, 2020, n.º. 1, p. 805-811.

--«Four Short Notes and a Poem on Portuguese Environmental Law in “State of Emergency”», in “ELPIS v. Law Review”, n.º. 1/2020, <http://www.elpisnetwork.eu/elpis-v-law-review-no-1-2020/>

-- «Portugal: Le Vert est aussi Couleur de Constitution», in «Annuaire de la Justice Constitutionnelle XXXV 2019», Economica / Presses Universitaires d'Aix-Marseille, Paris, 2020, p. 455 e segs.;

-- «Para um Novo Código dos Contratos Públicos Ambientalmente Sustentável», in MARIA JOÃO ESTORNINHO «A Transposição das Diretivas Europeias de 2014 e o Código dos Contratos Públicos» (e.book), ICJP, Lisboa 2016, <http://www.icjp.pt/publicacoes/pub/1/9030/view> , p. 43 e segs.

-- «O Meu Direito ao Verde. O Direito ao Ambiente como Direito Fundamental», in BARBAS HOMEM / CLÁUDIO BRANDÃO «Do Direito Natural aos Direitos Humanos», Almedina, Coimbra, 2015.

-- - «O Que Deve Ser / Conter uma Lei de Bases do Ambiente para o século XXI», in CARLA AMADO GOMES / TIAGO ANTUNES, «A Revisão da Lei de Bases do

Ambiente (Actas do Colóquio)» (“e-book”), ICJP, Lisboa, 2011, <http://www.icjp.pt/publicacoes>, páginas 9 e seguintes.

--«Ventos de Mudança no Direito do Ambiente – A Responsabilidade Civil Ambiental», in «Direitos Fundamentais e Justiça» (Revista do Programa de Pós-graduação, Mestrado e Doutorado em Direito da PUCRS, Brasil), n.º 7, Abril / Junho 2009, páginas 81 e seguintes.

-- «“Mais Vale Prevenir do que Remediar” – Prevenção e Precaução no Direito do Ambiente», in JOÃO HÉLIO PEZ / RAFAEL OLIVEIRA, «Direito Ambiental Contemporâneo – Prevenção e Precaução», Juruá Editora, Curitiba / Paraná, 2009, páginas 11 e seguintes.

-- «Verde Direito: O Direito Fundamental ao Ambiente», in ARLINDO DAIBERTO (org.), «Direito Ambiental Comparado», Fórum, Belo Horizonte, 2008, páginas 17 e seguintes.

-- «Ventos de Mudança no Direito do Ambiente – A Responsabilidade Civil Ambiental», in «O Que Há de Novo no Direito do Ambiente? (Actas da Jornadas de Direito do Ambiente – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)», A.A.F.D.L., Lisboa, 2009, páginas 9 e seguintes.

-- «Breve Nota sobre o Direito Sancionatório do Ambiente», in M. FERNANDA PALMA / A. SILVA DIAS / P. SOUSA MENDES, «Direito Sancionatório das Autoridades Reguladoras», Coimbra Editora, Coimbra, 2009, páginas 271 e seguintes.

-- «Verde também é Cor de Constituição – O Direito Fundamental ao Ambiente na Constituição Portuguesa», in VÁRIOS, «A Constituição de 1976 – Comentada e Ilustrada», Livraria Ideal Editora, Guimarães, 2007, páginas 47 e seguintes.

-- «Ensinar Verde a Direito. Estudo de Metodologia do Ensino do Direito do Ambiente (em “Ambiente de Bolonha”», Almedina, Coimbra, 2006.

-- «Direito Salpicado de Azul e Verde», in «Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Armando M. Marques Guedes», Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2004, páginas 839 e seguintes.

-- «Política de Ambiente e de Ordenamento do Território», in VIRIATO SOROMENHO MARQUES (coordenação), «Estado e Cidadania – O que impede Boas Políticas?», Esfera do Caos, 2007, páginas 25 e seguintes.

-- «The Aarhus Convention : A “Bridge” to a Better Environment», in «Revista Jurídica do Urbanismo e do Ambiente» (também disponível na página da internet da Comissão Europeia), nos. 18 / 19, Dezembro 2002 / Junho 2003, páginas 133 e seguintes.

-- «Verde Cor de Direito – Lições de Direito do Ambiente», Almedina, Coimbra, 2002.

-- - «“Como a Constituição é Verde...” - Os Princípios Fundamentais da Constituição Portuguesa de Ambiente», in «Nos 25 Anos da Constituição da República Portuguesa de 1976 – Evolução Constitucional e Perspectivas Futuras», Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Lisboa, 2001.

--«Verdes são Também os Direitos do Homem (Publicismo, Privatismo e Associativismo no Direito do Ambiente)», in «Portugal – Brasil Ano 2000 – Tema Direito», Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra Editora, Coimbra, 1999, páginas 127 e seguintes.

VASCO PEREIRA DA SILVA / INGO WOLFGANG SARLET, «Direito Público Sem Fronteiras» (“e-book”), ICJP, Lisboa, 2011, <http://www.icjp.pt/publicacoes>

***ELEMENTOS COMPLEMENTARES DE ESTUDO
(TRABALHOS PRÁTICOS)***

VASCO PEREIRA DA SILVA / JOÃO MIRANDA / TIAGO ANTUNES / JOSÉ DUARTE COIMBRA, «O Meu Caderno Verde – Trabalhos Práticos de Direito do Ambiente», 3ª edição, AAFDL, Lisboa, 2015.

VASCO PEREIRA DA SILVA / MASSIMO LUCIANI / CLAAS-FRIEDRICH GERMELMANN / SYLVIA BRUNET / FRANCISCO BALAGUER CALLEJÓN / DOVILLÉ JANUSONE, ELPIS Research - Joint Conference “The European Union's Extraordinary Measures facing the Actual Economic Crisis and the Difficulties as the member States”

http://www.elpisnetwork.eu/wp-content/uploads/2021/02/JOINT-CONFERENCE-poster-3_page-0001.jpg

<https://www.youtube.com/channel/UCmVmJ3uXpHqLzTsA2-lqi1Q>